

Coluna do Castello

ANC

p. 2

Trabalhar para ordenar

ATÉ que a Constituinte comece a trabalhar. O espaço dos jornais dedicado a ela será ocupado pelas propostas que proliferam de todos os lados visando a transformar a soberania, que tem, de elaborar uma nova constituição na soberania, que não tem, de passar a administrar a ordem política e legal do país. Enquanto não há decisões, o campo está aberto ao permanente pinga-fogo dos políticos necessitados de uma comunicação qualquer com os eleitores ainda próximos que neles votaram no pleito.

O senador Fernando Henrique Cardoso esforça-se em dar coerência e unidade ao projeto de regimento interno mediante o qual os trabalhos começarão a se realizar, ocupando o tempo útil dos reformistas que enchem os jornais de hoje. Já percebeu o senador que, lei adjetiva, o regimento não pode ir além de traçar normas de funcionamento. Não lhe cabe definir poderes que a emenda constitucional não atribuiu à Constituinte, nem convocar plebiscito para aprovação final do texto aprovado, nem definir mandato do presidente da República. Tudo isso são aspirações difusas que a Constituinte, nos intervalos da sua operação, discutirá até que os temas morram na garganta dos radicais ou dos demagogos.

Hoje há poucas dúvidas sobre o normal funcionamento da Assembléia, a qual carece igualmente de poderes para pôr em recesso o Congresso. Quando nada uma razão de ordem prática poderá influir na inevitável decisão política. Cada sessão da Câmara e do Senado é, um jeton a mais a somar-se aos jetons pelas sessões da Constituinte.

As famílias realizarão suas pressões dado o crescente aumento de todos os preços. Mas, sem brincadeira, também não é matéria regimental decidir se as casas legislativas funcionarão ou não durante os trabalhos da Constituinte. O Congresso dispõe de sua própria soberania e tem sua legitimidade assentada no mesmo texto constitucional que convocou a Assembléia Constituinte, integrada de resto pelas mesmas pessoas.

Como os constituintes, a nação inteira espera pela revogação dos textos constitucionais e legais que projetam até nossos dias o espírito da ditadura militar. Mas o fato é que estamos com dois anos de Nova República e as mudanças requeridas e prometidas foram até aqui retardadas, a pretexto de que se devia esperar pela Constituinte. Agora que a Constituinte está reunida, é que a pressa aumenta a tal ponto que não se pode esperar mais três ou quatro meses pelo texto constitucional definitivo? O ex-ministro Fernando Lira deixou na pasta da Justiça, por onde passou, um arsenal de projetos, alguns enviados ao Congresso, outros engavetados, que antecipam as revisões

que se transformam hoje em cavalo de batalha. Por que não foram votadas no ano passado? Afinal, se os textos do Sr. Lira não fossem os melhores, o Congresso poderia alterá-los.

Um tema que vem desde a posse do presidente da República, ou antes dela, é o da duração do seu mandato. O interesse por ele é oscilante. Ora os políticos lhe querem dar seis anos, atribuídos, aliás, pela Constituinte em vigor e só reformáveis pelas disposições transitórias da nova Constituição, ora desejam antecipar seu período até mesmo para antes da promulgação da Constituinte. O governador Leonel Brizola travou sua luta, a qual, vencida na primeira etapa, segue as etapas subsequentes numa coerência irretocável. Mas, emergirem agora do PMDB propostas tumultuárias, não parece contribuir para a conclusão pacífica do processo de transição.

Os líderes Carlos Sant'Anna e Luís Henrique começam a trabalhar em comum visando a definir objetivos da bancada do PMDB e do governo. É claro que eles não tentarão aprofundar eventuais divergências mas chegar à solução mais adequada ao sistema em que se integram. Por trás do Sr. Sant'Anna está o presidente Sarney e por trás do Sr. Henrique está provavelmente o presidente Ulysses Guimarães. Eles procuram o entendimento no nível mais alto não só no que se refere às questões políticas quanto às econômicas. A bancada influirá, como um todo, na decisão do governo e o presidente do partido estará informado das tendências e das divisões, mesmo porque, nas suas reuniões, se tem feito assessorar pelo líder eleito e pelo líder do seu gosto pessoal, que é o Sr. Pimenta da Veiga, para manter-se em dia com as reivindicações da bancada.

Um confronto entre os Srs. Carlos Sant'Anna e Luís Henrique seria um confronto entre o governo e o PMDB, danoso para ambos, sobretudo por não se ter certeza a esta altura sobre quem conta com a maioria na Constituinte e no Congresso. O Sr. Sant'Anna poderá perder por pouco no PMDB, hipótese na qual teria de socorrer-se das tropas auxiliares do PFL e do PTB que se organizam à sua disposição. O Sr. Ulysses Guimarães, no entanto, que enfeixa a presidência da Câmara e da Constituinte, não deixará que as coisas cheguem até lá e, na sua experiência, saberá compor-se como já se está compondo com as verdades do Sr. Dílson Funaro, desde que se convenceu de que essas são verdades irremovíveis, queira ou não o PMDB.